

REDES E TERRITÓRIOS

networks and territories

Agripino Souza Coelho Neto *

Resumo

Nos marcos da ciência geográfica estabeleceu-se um debate que evidenciou uma relação tensa entre os conceitos de rede e de território, marcado por antagonismos e dissonâncias, mas, também, por reciprocidades e implicações. Na esteira desse esforço foram difundidas posições dicotômicas que propugnam a incompatibilidade de sua associação, ancoradas na defesa de que redes e territórios seriam portadores de lógicas espaciais distintas e irreconciliáveis. Por outro lado, mesmo admitindo suas especificidades, diversos autores fizeram uso conjugado/articulado desses conceitos, produzindo novas propostas para a tarefa de leitura espacial da sociedade. Seguindo a trilha deste debate e pautado no propósito de sistematizá-lo é que este texto se estrutura.

Palavras-Chave: Rede, Território, Lógica espacial, Ciência geográfica.

Abstract

A tense debate has been established in the field of geographical science which has revealed a strong and debatable relationship between the concepts of network and territory, both marked by antagonism and discord, and also by reciprocity and implications. On one hand, during the effort to figure this features out, dichotomous positions that advocated the incompatibility of their association were broadcast. This was grounded on the idea that networks and territories would occupy distinct and irreconcilable logical space. On the other hand, if their specificities are acceptable by many, the use of the concepts have been used by as conjugate / articulate in order to produce new proposals with the intention to have a spatial reading of society. Bearing this debate in mind and based on the idea of systematization, this text was structured.

Key words: Network, Territory, Spatial logic, Geographical science.

Résumé

Dans le cadre de la science géographique s'est installé un débat qui a mis en évidence un rapport tendu entre les concepts de réseaux e de territoire, marqué par les antagonismes et les dissonances, mais aussi, par les reciprocités et les implications. Dans la foulée de cet effort ont été diffusés positions dichotomiques qui préconisaient l'incompatibilité de leur association, ancrée à la défense que les réseaux et les territoires seraient porteurs des logiques spaciales distinctes et inconciliables. D'autre part, même en admettant leurs spécificités, plusieurs auteurs ont utilisé conjugué/articulé de ces concepts en produisant des nouvelles propositions pour la tâche de lecture spatiale de la société. Sur les traces de ce débat et dans le but de le systématiser, c'est en quoi ce texte est structuré.

Mots-clés: Réseaux, Territoire, Logique spatiale, Science géographique.

(*) Prof. Dr. da Universidade do Estado da Bahia - Rua Álvaro Augusto, s/n, CEP: 48 700 000 , Serrinha (BA), Brasil. Tel/Fax: (+ 55 75) 32612168 - ascneto@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A frequência com que os termos rede e território compareceram nos discursos geográficos nas últimas quatro décadas não deixa de ser uma evidência da posição que passam a ocupar com efetividade na tarefa de leitura espacial da realidade. Embora não possamos reconhecer a originalidade de sua elaboração e a exclusividade de sua apropriação à geografia, não se pode negar que o acúmulo de reflexões desenvolvidas nos permite defender sua condição de conceitos fundamentais neste campo disciplinar. O título do artigo publicado por Roger Brunet (1995) no *Cahiers de Géographie du Québec*, considerando a geografia como uma ciência dos territórios e das redes reforça bem aquilo que estamos afirmando.

Todavia, a difusão desses termos não se encontra prisioneira aos domínios da ciência, mas figuram de modo crescente na agenda e no debate político-social, sendo incorporados às concepções de políticas e planos governamentais, e acionados nas estratégias de operação das ações coletivas, especialmente no âmbito das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Constatase um conteúdo discursivo que defende a importância estratégica, seja das territorialidades como mecanismo de fortalecimento das lutas sociais, seja dos horizontes democráticos possibilitados pela atuação em redes.

Sem ignorar o volume de produção acadêmica que se detém sobre um ou outro conceito isoladamente, nos diversos campos disciplinares, mas, notadamente na geografia em particular, verifica-se o estabelecimento de um debate que se circunscreve em torno da relação entre eles. De forma esquemática e geral, é possível distinguir duas grandes perspectivas que se encaminham para resultados diferentes em termos de formulação teórica. Por um lado, prevalecem posições dicotômicas que propugnam a incompatibilidade da associação entre rede e território, assentadas na defesa de que seriam portadores de lógicas espaciais distintas e irreconciliáveis. Por outro lado, mesmo admitindo suas especificidades, prevalece um entendimento que aponta na direção das possibilidades de uso conjugado dos dois conceitos, amparado em reciprocidades e implicações.

Seguindo a trilha deste debate e pautado no propósito de sistematizá-lo é que este texto se organiza. Para além dessas observações introdutórias, percorreremos nas duas próximas seções (segunda e terceira), respectivamente, e de modo separado, os dois conceitos de base que compõem o corpus desta reflexão. O objetivo destes passos iniciais recai sobre a necessidade de identificação dos conteúdos que nos ajudam a caracterizar e demarcar suas lógicas espaciais. Portanto, a partir dos elementos que permitiram a construção discursiva dessa distinção que introduzimos o debate central sobre o diálogo entre eles, tarefa cujo esforço se apresenta na quarta seção. Em nossa investida, privilegiamos a literatura francesa e brasileira, em decorrência do “foro” privilegiado que essa discussão nelas encontrou. Na derradeira seção, em caráter conclusivo, discutiremos os alertas e os riscos enfrentados pelos dois conceitos em sua tarefa de conferir inteligibilidade ao mundo.

DELINEANDO AS CONEXÕES E AS TECEDURAS DA REDE

A ideia de rede não é algo recente na história da humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu na contemporaneidade, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando novas significações na medida em que o mundo se tornou mais complexo em decorrência da profundidade e extensão das revoluções técnicas e do desenvolvimento da ciência.

Considerando o denso trabalho genealógico de Musso (2001, 2003, 2004), percorrendo a gênese antiga, a formação moderna e a degradação contemporânea do conceito, pode-se depreender que a noção de rede esteve associada a duas principais referências até o final do século XVIII (a técnica e o organismo), produzindo dois campos de representações.

Uma primeira referência esteve vinculada a técnica da tecelagem e as práticas a ela associadas. Neste campo de representação se localizariam desde o “imaginário da tecelagem e do labirinto”



originário da mitologia, até as designações prevalentes entre o século XII e século XVIII, referidas as “redes de caça ou pesca”, aos “cordéis ou cestas”, a composição de “tecidos entrelaçados por fios”, enfim, a toda uma “trama de fibras têxteis”, evidenciando que a “simbologia da rede é o conjunto estruturado de representações e imagens associadas ao tecido e ao fio” (MUSSO, 2001, p. 196, tradução nossa) . Essas acepções encontram correspondência com o sentido primevo da palavra rede, originária do latim *retis*, que designa um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós, remetendo-se a técnica do artesanato e a fabricação de tecidos (MUSSO, 2003). A principal definição dos dicionários de maior circulação na língua portuguesa, também assume o mesmo sentido: “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido” .

A outra referência esteve associada à metáfora do organismo, relacionando rede à organização de fluxos ou tecidos no corpo e a imagem do cérebro. Segundo a investigação de Musso (2004), esta perspectiva se inaugura na Antiguidade com a medicina de Hipócrates [460 - 377 a.C.], utilizando a idéia de rede para explicar a comunicação das artérias na circulação sanguínea, mas, encontra-se presente também em Descartes (na obra “*Traité de l’Homme*”), comparando o corpo humano com uma máquina e considerando-o como “[...] uma rede complexa de fibras permitindo a circulação contínua do sangue, um conjunto de passagens organizadas segundo o modelo de uma maquinaria hidráulica” (MUSSO, 2001, p. 198, tradução nossa) .

Musso (2004) localiza na virada do século XVIII para o século XIX, uma ruptura substancial em relação às perspectivas anteriores, cujo conteúdo permite considerar a formalização de uma “ordem em rede”. A característica fundamental é sua saída do corpo, ou seja, a rede é distinguida do corpo natural, tornando-se um artefato, uma técnica autônoma. Ela passa a ser um objeto artificial, não mais natural, como se concebia na medicina, mas algo construído, que pressupõe um fim determinado. Para o autor, esta perspectiva advém de Leibniz, no qual a rede é “[...] concebida, refletida (pensada) e mesmo formalizada: ela se torna um modelo de racionalidade, representativo de uma ordem formalizável que a teoria matemática cuidara de pôr em evidência” (p. 21). A formalização da “ordem em rede” (que se erige em contraposição aos “efeitos de rede” observável sobre ou dentro do corpo) se tornará “[...] o prelúdio necessário para formação do conceito de rede que logo se torna operacional como artefato fabricado pelos engenheiros para cobrir o território” (p. 22). Desse modo a rede “[...] se exterioriza como artefato técnico sobre o território para encerrar o grande corpo do Estado-Nação ou do planeta” (p. 20).

No entanto, é no pensamento de Saint-Simon que Musso (2004) localiza uma influência decisiva na formação do conceito moderno de rede. Saint-Simon opera através da analogia do organismo-rede, partindo do pressuposto da centralidade da circulação para o corpo humano (reconhecendo que sua suspensão provocaria a morte) e transpõe esse raciocínio para pensar a administração do território (corpo) pelo Estado. A circulação viabilizada pelas redes (seja a sanguínea para o corpo humano, assim como a econômica para o Estado), seria uma condição básica para a boa administração (que deveria liberar a circulação do dinheiro no corpo do Estado) e para a melhoria de vida da população. É nesse sentido que o filósofo preconiza a construção de mecanismos para viabilizar a circulação no Território. Segundo Musso (2004), “a prática religiosa Saint-simoniana consiste em traçar sobre o corpo da França, ou seja, sobre seu território, redes observadas no corpo humano para garantir a circulação de todos os fluxos” (p. 27). Desse modo, “a rede não é apenas um conceito, mas um operador para ação” (p. 26), um mediador da mudança social. A rede é “[...] objetivada como matriz técnica, infra-estrutura itinerária [relativo às estradas, aos caminhos e aos deslocamentos] de estradas de ferro ou de telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo” (p. 22).

Na contemporaneidade assistimos a pulverização dos sentidos e usos atribuídos ao termo rede, situação que permitiu a Musso (2003) anunciar o processo de degradação desse conceito, cujas raízes estariam em sua corrupção realizada pelos sansimonistas, construtores de uma tecno-utopia da rede, concebendo-a como portadora de uma revolução sócio-política que se operaria em decorrência das novas possibilidades engendradas pelo desenvolvimento das técnicas reticulares.



Os múltiplos e difusos significados contemporâneos assumidos pela rede podem ser ordenados, segundo a compreensão de Musso (2004), em dois planos: a) como um modo de raciocínio, configurado como um conceito e como uma “tecnologia do espírito”; e b) como um modo de organização do espaço-tempo, configurado como uma “matriz técnica” e a respectiva carga simbólica que esta idéia implica. Como um modo de raciocínio, a rede se torna uma chave universal utilizada em diversos campos disciplinares para explicação de sistemas complexos, a exemplo da sociedade, do cérebro, do corpo, do planeta e do mundo. Já como um modo de organização do espaço-tempo, a rede é concebida como matriz técnica, remetendo-se a existência de um denso, complexo e interligado sistema de infra-estruturas técnicas que viabilizam as novas possibilidades de organização territorial das sociedades e apresenta-se como locomotiva da transformação social. Aqui reside a re-atualização do imaginário Saint-simonista tornado uma ideologia da transformação social, da democratização da sociedade, da liberalização dos fluxos, viabilizados pelas redes técnicas e, especialmente nas últimas décadas, pela criação da Internet.

Para além de seus usos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é a prótese técnica de utopia social. As verdadeiras revoluções são, hoje, as rupturas oferecidas pelas tecnologias de comunicação, a começar pela internet, que realiza a utopia da associação universal pelas redes de comunicação. A rede leva sempre consigo um imaginário de transição, entre a liberação de um sistema piramidal e hierárquico de que o Estado é o arquétipo, e a promessa de um sistema futuro, o da associação universal, anunciador de um novo tipo de relação igualitária. A rede indica um futuro libertador, ela é uma promessa de uma circulação generalizada e libertadora de fluxos de informações e das ondas econômicas. Esboço de uma democracia planetária, igualitária e auto-regulada, esse mito, cópia fiel da associação universal Saint-simoniana [...] (MUSSO, 2004, p. 34).

Na contemporaneidade, diversos campos disciplinares tem se apropriado do termo para realizar uma interpretação de uma variada gama de fenômenos de naturezas distintas. Desse modo, as redes foram acionadas para explicar o funcionamento do cérebro e da circulação sanguínea no corpo humano, a articulação das infraestruturas de circulação no território, a dinâmica das bacias hidrográficas, as relações funcionais entre as cidades, os grandes sistemas técnicos de energia, transportes e comunicação, a operação mundializada das redes financeiras, os circuitos espaciais de produção flexível das grandes corporações, a articulação dos movimentos sociais na sociedade globalizada, ou seja, uma quase inumerável manifestação de fenômenos técnicos, sociais, políticos, econômicos, naturais e espaciais (sem advogar uma dissociabilidade dessas dimensões).

A necessidade de rigor epistemológico talvez possa explicar uma tendência recorrente nos estudos que adotam a rede como conceito-chave. Trata-se do recurso à adjetivação como estratégia de qualificação do conceito, que parece cumprir a tarefa de delimitação do seu emprego a fenômenos bastante distintos. Desse modo, constatamos a proliferação de conceitos como redes geográficas (CORRÊA, 2001), redes técnicas (DIAS, 1995; SANTOS, 1996), redes urbanas (CORRÊA, 1989, 2001; SANTOS, 1993), rede regional (HAESBAERT, 1995), redes políticas (LIMA 2005), redes sociais (SCHERER-WARREN, 1993, 2007; MARQUES, 1999), redes estratégicas e redes solidárias (RANDOLPH, 1994), redes organizacionais (VALE, 2007), para ficar apenas em alguns mais recorrentes adotados no campo das humanidades.

Possivelmente os esforços classificatórios também buscaram um tratamento para o complexo desafio de interpretação desse fenômeno de tamanha amplitude e extensão. Na Geografia, alguns autores se ocuparam com a formulação de tipologias das redes. Assumindo uma vertente quantitativa e apoiado na teoria dos grafos, Colle e King (1969) elaboraram uma classificação das redes, tomando como variáveis suas características genéticas e de crescimento. Hagget (1974) também perseguiu o mesmo objetivo classificatório na tentativa de identificação de padrões no funcionamento das redes a partir de suas características geométricas. Corrêa (2001), numa clara preocupação de reforçar a geograficidade das redes, elaborou uma detalhada tipologia considerando a existência das



dimensões organizacional, temporal e espacial na constituição das redes. Independente das críticas que possamos elaborar acerca destas proposições e de suas possibilidades concretas de aplicação, elas parecem nos indicar a necessidade de delimitação frente à diversidade de manifestações da realidade, possíveis de serem apreendidas pelo uso da idéia de rede.

A partir dessas observações nos parece factível identificar algumas palavras-chave que sintetizam os sentidos nucleares que a rede assumiu e que retratam sua lógica espacial difundida pela literatura: conexão, ligação, trama, mobilidade, fluxo, circulação, reticularidade, linearidade. Esses termos e seus sentidos foram largamente acionados nos debates realizados sobre a rede e o território, como focalizaremos mais à frente.

CONFIGURANDO E DEMARCANDO A LÓGICA ESPACIAL DO TERRITÓRIO

A despeito da existência de controvérsias etimológicas acerca da origem e da evolução da palavra território, Haesbaert (2004) destacou dois sentidos largamente difundidos (inclusive academicamente) que são tributários do latim: o primeiro, predominante, referido a terra, tomando o território como materialidade, e o segundo, menos freqüente, relacionado aos sentimentos que o território provoca, ou seja, “[...] medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (p. 44). Esta segunda acepção carrega os componentes fundamentais do conceito de território presente nas formulações de vários geógrafos, ou seja, a existência de limites bem definidos que demarcam a exterioridade e/ou alteridade.

Considerando as definições que figuram em alguns dicionários de línguas vernáculas de grande circulação, verifica-se, com determinada predominância e quase que de forma homogênea, uma acepção de território como área, superfície ou extensão de terra, controlada por uma jurisdição político-administrativa, base geográfica da soberania de um Estado. Desta definição é possível deduzir alguns elementos nucleares utilizados pela literatura geográfica para pensar o território como conceito, como a presença de um poder que marca o território (mesmo que ainda reduzido ao poder estatal) e dos limites bem demarcados, pressupondo a existência de uma exclusividade de uso (dos recursos) que se configura pelo controle e pela soberania nacional.

Recorrendo a um dicionário especializado, *Les mots de la Géographie*, (BRUNET, et. al., 1993), encontram-se referências a dois outros aspectos, concebendo o território como (i) “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”, sinalizando assim para uma dimensão simbólica da territorialidade, e (ii) compreendido em sua distinção com o conceito de rede, aquele apresentando uma lógica zonal e este último operando numa lógica reticular.

Talvez em decorrência da tradição jurídico-romana que o seu significado etimológico evoca ou mesmo por seu emprego original nos estudos etológicos (sobre a territorialidade animal) e na Geografia Política, o conceito de território sugere pensar nos limites/fronteiras que o delimitam. Esse exercício torna-se mais fácil quando tomado em sua forma material clássica de manifestação, definido nos domínios políticos do Estado. Segundo Souza (1995), a concepção de território na tradicional Geografia Política, fixado na escala nacional e assentado na figura do Estado-nação, pressupunha limites espaciais e temporais com pequena mobilidade, pois, entende a durabilidade como geradora de raízes e identidade sócio-cultural. As durabilidades das fronteiras nacionais permitiram a construção da idéia de fixidez dos territórios, naturalizando as fronteiras estatais (SOUZA, 2009).

A compreensão do território como um espaço com limites estabelecidos por fronteiras, coloca, por conseguinte, a questão da exclusividade de apropriação e de uso, distinguindo “nós” (os incluídos, aqueles que integram o território) e os “outros” (aqueles que não fazem parte do território). Nessa perspectiva, encaixa-se adequadamente o recorte do Estado territorial, com limites estabelecidos de apropriação, uso, gestão e controle de fração do espaço, como um domínio político-estatal, cujo acesso exige a permissão de uma autoridade, de um poder instituído concentrado na figura do Estado.

O pressuposto da existência de fronteiras bem delimitadas e definidoras dos membros da coletividade territorial, como conteúdo do conceito de território, não foi uma exclusividade da clássica



Geografia Política, mas compareceu em outras formulações de geógrafos, conforme a definição de Soja (1971), considerando a territorialidade como:

um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelos menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define (SOJA, apud ROCANYOLO, 1988, p. 263, grifos nossos).

As condições que constroem a distinção entre os membros de uma coletividade territorial e os outros, que a ela não pertencem, aparece também em Raffestin (1988, p. 265, tradução nossa), ao definir a territorialidade humana como o “[...] conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencentes a uma sociedade [coletividade, segundo Raffestin, 1986], com a exterioridade e a alteridade com a ajuda de mediadores ou instrumentos [...]”. Portanto, “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite [...]” que pode ser expressa pela “[...] relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”, gerando uma delimitação, que por sua vez, significa “manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 153). Contudo, ele adverte que delimitar (marcar, cercar - arremata o autor) parcelas não é uma simples relação com o território, pressupondo uma relação triangular, pois, “a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (p. 160).

A delimitação de fronteiras e o controle do acesso aos recursos são características fundamentais da concepção de territorialidade de Sack (1986), como no exemplo usado pelo autor, tomando uma região de produção agrícola ou manufatureira, que se torna território quando designada pelo governo para receber um investimento público ou quando delimitada para ser administrada por um órgão governamental. Desse modo, as fronteiras delimitam uma jurisdição e afetam o acesso aos recursos e ao poder. Seguindo nesta direção, o autor sugere três relações interdependentes presentes na definição de territorialidade que revelam a sua lógica e os seus efeitos significativos: (i) “envolvendo uma forma de classificação de área”; (ii) “contendo uma forma de comunicação, por meio de um marcador ou sinal, como é comumente encontrada em uma fronteira [um limite]”; e (iii) “uma tentativa de impor o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas fora dela, contendo àqueles que estão dentro” (p. 21-22, tradução nossa).

Entretanto, mesmo considerando a centralidade das fronteiras e dos limites que lhe são atributos, tanto em Raffestin (1993 [1980]), quanto em Sack (1986), já está presente a idéia que expande a possibilidade de concepção de territórios não restritivos aos recortes do Estado-nação, ampliando as escalas espaciais e temporais da territorialidade. Desse modo, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos [aqueles que realizam um programa] que ‘produzem’ o território”, pois, “em graus diversos, em momentos diferentes e lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 152).

A cristalização do entendimento da existência de uma lógica espacial do território, assentada na contigüidade espacial com limites bem demarcados é tributária deste longo acúmulo teórico. No entanto, nas últimas quatro décadas ocorreram progressivos esforços de re-conceitualização do território, repercutindo na ampliação de suas possibilidades de leitura do comportamento espacial das sociedades.

A literatura geográfica atribui a Sack (1986), uma valiosa contribuição no sentido de libertar o conceito de território de sua prisão original, isto é, da referência exclusiva à dimensão do Estado nacional (mas também da carga naturalista que lhe fora imputada, tributária da abordagem etológica da territorialidade animal). O autor recusa a natureza imutável e fixa da territorialidade, propugnando seu caráter móvel e variável em termos de temporalidade e espacialidade, pois, “[...] um lugar pode ser um território num momento e não [ser] em outro, e um território [territorialidade] pode criar um lugar onde não existe antes. Além disso, a afirmação da territorialidade pode ser aplicada somente por um tempo limitado” (p. 16, tradução nossa).

Souza (1995), num texto que alcançou o mérito de problematizar o debate sobre o conceito de território na geografia brasileira, assumindo um esforço de arejamento desse conceito, buscando libertá-lo das amarras espaciais e temporais a que esteve submetido na Geografia Política Clássica, sintetiza bem a idéia de flexibilidade e mobilidade das múltiplas escalas da territorialidade:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

A discussão realizada nos sugere pensar no território enquanto processo da dinâmica social (e nesse sentido na territorialização), mas, sobretudo, na multiescalaridade da territorialidade, considerada a partir de pelo menos três elementos basilares que comparecem, implícita ou explicitamente, nos textos arrolados até aqui: a flexibilidade, a descontinuidade e a superposição são (pelo menos três) noções que compõem o conteúdo da multiescalaridade, concebidas através do movimento tempo-espaço conjugados. Desse modo:

- i. Considerar a noção de flexibilidade para pensar na construção de territórios contrapõe à idéia de limites fixos e imutáveis e das longas durabilidades das territorialidades;
- ii. Trabalhar com a noção de descontinuidade confronta com a clássica concepção de territórios-zona, sustentada no pressuposto da contigüidade espacial, e pressupõe, por exemplo, considerar a idéia de território-rede (discussão a ser desenvolvida adiante);
- iii. Admitir a perspectiva da superposição de territorialidades refuta a idéia de exclusividade de uso do território, amparado na existência de fronteiras claramente bem demarcadas.

Essas idéias contribuíram para re-conceitualização do território, criando novas possibilidades de diálogos com o conceito de rede. Há uma certa unanimidade nos argumentos defendendo que essas novas possibilidades construídas no plano epistemológico decorrem das mudanças e novas complexidades da sociedade que exigem re-atualização dos modos de leitura da realidade. É na trilha desses esforços que seguiremos na próxima seção.

DISSONÂNCIAS, RECIPROCIDADES E IMPLICAÇÕES ENTRE REDE E TERRITÓRIO

O diálogo entre os conceitos de rede e de território não é produto de nossa inventividade, sendo possível atestar a existência de numerosos trabalhos que investiram esforços nesta direção, alguns dos quais esboçaremos uma apresentação, priorizando o horizonte da ciência geográfica. Uma possibilidade de sistematização reside na identificação de linhas gerais que possam demarcar perspectivas de tratamento para essa relação, pensada, predominantemente, em termos de dissensão e dissonâncias, mas, também, através de reciprocidades e implicações, tendo produzido leituras dicotômicas, por um lado, ou operado a partir das interseções, diálogos e complementaridades.

Haesbaert (2002) identificou e elencou três grandes perspectivas de interpretação desta relação. De forma bem geral, o autor reconhece (i) um enfoque mais radical, centrado na oposição entre território e rede, considerando-os como formas espaciais diferentes e “[...] pregando a hegemonia crescente das redes” (p. 57) em detrimento dos territórios. Numa segunda perspectiva, (ii) a rede assume uma posição subordinada ao território, “[...] participando apenas de processos territorializadores, na medida em que ajuda a integrar o território, visto sempre como sendo mais estável e enraizador” (p. 57). A terceira forma de apreensão, (iii) opera com as idéias de rede e território como binômio [o que sugere, em nosso entendimento, a adição dos dois termos, produzindo um terceiro, com sentido novo, cuja construção empresta elementos dos termos de origem], pois, a(s)



rede(s) enquanto componente(s) do território(s) produziria efeitos, seja de territorialização quanto de desterritorialização.

Painter (2009) realiza uma tarefa análoga, todavia, o resultado de sua empresa admite que a relação entre território e rede possa ser compreendida de quatro modos distintos nos marcos da geografia anglófona.

i. A primeira perspectiva trabalha com o entendimento de que as redes substituíram os territórios, constituindo-se num novo dogma, sustentado em duas hipóteses: (a) na existência de mudanças no plano da realidade, repercutindo na organização espacial do mundo que teria passando de uma forma em territórios para uma forma em redes; (b) admitindo mudanças também no plano epistemológico, passando “[...] de uma concepção territorial de espaço a uma concepção em rede” (PAINTER, 2009, p. 58) .

ii. O segundo modo de compreensão se constitui numa resposta à primeira, decretando que “le territoire compte toujours” [o território ainda conta] e defendendo sua pertinência para compreensão das políticas econômicas do capitalismo contemporâneo. Mesmo aceitando como distintas, a natureza da rede e do território, concebe-os numa relação de coexistência, interação, interdependência e como mutuamente constitutivas.

iii. A terceira perspectiva sustenta sua distinção, de corte dicotômico, em dois sistemas binários em correlação, opondo a economia à política, e a rede ao território, uma vez que eles “[...] constituem maneiras fundamentalmente diferentes de organizar as relações sociais e materiais através do espaço” (PAINTER, 2009, p. 61) , pois, considera que as atividades econômicas funcionam em redes enquanto os Estados são territoriais.

iv. O último entendimento identificado pelo autor considera o território como um tipo particular de rede. Neste prisma, território e rede não são tomados como modelos rivais, como elementos contraditórios de uma relação dialética, pois, “as configurações de práticas e de objetos, de energia e de matéria, que respondem pelo nome de ‘territórios’, não são nem mais nem menos que um outro conjunto de redes” (PAINTER, 2009, p. 66) .

Há pontos de tangências e convergências entre os dois esquemas interpretativos acima apresentados, que parecem apontar outra possibilidade mais sintética, com a qual trabalharemos. Verifica-se, notadamente, um entendimento corrente na literatura geográfica, apontando para as distintas lógicas espaciais que diferenciam as redes e os territórios. Todavia, decorre dessa assertiva duas compreensões gerais que se opõem e que concorrem para a problematização do debate, oferecendo elementos para pensar a dimensão espacial da sociedade. Uma primeira assentada numa marcada distinção entre rede e território, considerando-os como portadores de lógicas espaciais inconciliáveis e que não são passíveis de serem pensadas como perspectivas que se integram e se complementam. Desse modo, rede e território conformam uma dicotomia, constituída por duas lógicas antagônicas e dissonantes que se relacionam em tensão.

Por outro lado, também admitindo que as noções de rede e de território apresentam distinções, a outra perspectiva trabalha com as ideias de implicação e reciprocidade a partir de diferentes modos de operacionalização. A reciprocidade pensada como relação entre vocábulos cujos sentidos contrários expressam uma relação recíproca de correspondência ou como no repertório kantiano, enquanto categoria do entendimento a partir do qual é possível o conhecimento da relação entre dois ou mais elementos quaisquer do mundo que são percebidos simultaneamente no espaço, de forma complementar e interativa.

Esse breve panorama justifica as inquietações e as dúvidas que mobilizaram alguns estudiosos, conduzindo-os a se interrogar sobre as possibilidades de diálogo efetivo entre os dois conceitos. Constatando que rede e território parecem produtos de discursos espaciais incompatíveis (PAIN-



TER, 2009) ou correspondem a dois sistemas explicativos diferentes (VALÉRIE NOVEMBER, apud PAINTER, 2009), os autores questionam-se sobre as possibilidades de conciliação e de compatibilidade conceitual entre eles.

Certamente, a raiz da aparente oposição se encontra nos sentidos tradicionalmente construídos e largamente utilizados e difundidos para cada termo. A noção de território concebida como uma superfície/área com limites bem demarcados que configuram uma contigüidade espacial. E a noção de rede, fundamentalmente apoiada numa racionalidade reticular (PARROCHIA, 1993), caracterizada pela linearidade e pela mobilidade/circulação.

Haesbaert (2004) elaborou um quadro-síntese elencando os termos que compõem os diversos raciocínios associados às noções de rede e de território. Partindo dessa inspiração, porém, ampliando o campo de possibilidades em decorrência da incorporação de novos termos, considerando as mais variadas alusões que comparecem na literatura, apresentamos um panorama que nos permite situar frente ao processo de significação dicotômica que distingue a rede do território.

Quadro 1 - Termos-referência da dicotomia território-rede

FORMAS / CONFIGURAÇÕES MATEMÁTICAS / ESPACIAIS	
<u>TERRITÓRIO</u>	<u>REDE</u>
superfície/área	nós / linhas
plano	reta
contigüidade	descontinuidade
espaço areolar	espaço linear
fixos	fluxos
PROCESSOS GERADORES / SITUAÇÃO RESULTANTES	
<u>TERRITÓRIO</u>	<u>REDE</u>
forças centrípetas	forças centrífugas
fixação	movimento
coesão	fragmentação
fechamento	abertura
introversão	extroversão
enraizamento	desenraizamento
inclusão	exclusão
horizontalidade	verticalidade
estabilidade	instabilidade
territorialização	desterritorialização

Fonte: com base nos termos que aparecem em Haesbaert (1997, 2002, 2004); Painter (2009).

O conteúdo do quadro reúne um variado repertório de termos, cujos sentidos dicotômicos são acionados para indicar (i) as diferentes formas que opõem, numa perspectiva matemática e espacial, as configurações de redes e territórios, mas, também, (ii) os processos geradores e situações resultantes que se antagonizam em sua natureza constitutiva, produtores de distintas espacialidades. O fragmento retirado da obra de Bertrand Badie, na qual preconiza o fim dos territórios como princípio de organização das sociedades políticas e como referência fundamental da sociedade internacional, ilustra sobremaneira os sentidos da oposição:

Ao princípio da territorialidade, o mundo das redes opõe um outro modo de articulação dos indivíduos e dos grupos. O primeiro é fundado sobre a contigüidade e a exaustividade, o segundo sobre relações livres dos constrangimentos espaciais. Um implica o fechamento e a exclusão, o outro, a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas sobre a fidelidade cidadã, no outro elas são funcionais e supõe fidelidades móveis, não hierarquizadas, freqüentemente setoriais e voláteis (BADIE, apud HAESBAERT, 2004, p. 282-3, grifos nossos).



O argumento do cientista político francês é característico dessa posição extrema de contraposição entre rede e território, no qual o autor aciona um repertório de termos para expressar essa oposição dualística.

Os discursos que advogam a incompatibilidade conceitual entre rede e território, e mesmo as distintas lógicas que presidem a configuração espacial dos objetos por eles representados, foram construídos nos esforços de compreensão da velocidade e da intensidade das transformações espaciais e temporais da contemporaneidade. As abordagens mais difundidas se organizam em torno dos seguintes debates: (i) da superação/substituição dos territórios pelas redes; da oposição entre rede-economia e território-política, (iii) da relação entre rede-verticalidade e território-horizontalidade.

Numa proposta de interpretação dos processos e formas histórico-geográficos que conferem uma organização política ao mundo, Levy (apud HAESBAERT, 1997) e Agnew (apud PAINTER, 2009) apregoam a substituição dos territórios pelas redes, ou seja, anunciam uma alteração na configuração do mundo, que se torna gradativamente mais reticular (sob a égide da lógica das redes) em substituição a um mundo mais territorial. Nesta perspectiva, os autores propõem quatro modelos de espacialidades diferentes que, embora possam se sobrepor sincronicamente, indicam diferentes dominâncias diacronicamente concebidas. A *démarche* tem início com a (i) pluralidade de mundos, cujos particularismos refletem a idéia de comunidade cultural (“o conjunto de mundos”). Em seguida, (ii) prevalece o modelo geopolítico dos Estados territoriais, configurando o mundo como um “campo de forças”. Dessas duas formas de organização de lógica predominantemente territorial, sucedem outras duas em que se afirma a supremacia da lógica reticular, a (iii) “rede hierarquizada” que começa a ser forjada com o surgimento do capitalismo comercial e a integração da economia mundial, chegando à conformação de uma (iv) “sociedade mundial” assentada na existência de “uma cultura unificada, um Estado mundial e uma sociedade-mundo” (LEVY, apud HAESBAERT, 1997, p. 99). Painter (2009) sintetiza essa perspectiva, destacando, também, a necessidade de re-elaboração teórica para apreender as transformações no plano da realidade:

A categoria território era apropriada para uma realidade geográfica ‘antiga’, mas nossa ‘nova’ realidade é composta de redes. O mundo moderno, com seus Estados soberanos, seus mercados nacionais e suas zonas culturais distintas, deu lugar a um mundo pós-moderno, com o declínio da soberania, o desenvolvimento dos mercados mundiais e a hibridização crescente das culturas. Das ruínas dos territórios emerge um mundo novo, melhor e em rede, com a ‘desterritorialização’ por implacável lógica (p. 58, grifos nossos).

A abordagem que contrapõe rede e território por um lado, e economia e política por outro, é típica do terceiro modo de compreensão esquematizado por Painter (2009). Segundo Dicken e Swyngedouw (citados por PAINTER, 2009) há um princípio subjacente no funcionamento da economia, que opera através de redes que a distingue da política, cuja lógica responde a um princípio territorial. Esse entendimento também aparece em Jacques Levy, explicitado nas palavras de Haesbaert (1997, p. 100-101, grifos nossos) do seguinte modo:

[...] território adquire uma conotação mais política (pelo controle concreto, disciplinar) e cultural (pela apropriação simbólica), definindo o espaço a partir de sua superfície (ou área), a rede traduz um caráter basicamente econômico, funcional, definindo o espaço a partir de sua hierarquia ou complementaridade (através de uma topologia de pontos e linhas).

O caráter hierárquico das redes ou, por outro lado, as possibilidades de ruptura das hierarquias permitidas por seu funcionamento é um aspecto recorrente no debate nas ciências humanas, demonstrando a falta de consenso e a existência de posições contrapostas. No entanto, essa discussão suscita, em alguns casos, uma associação com as noções de verticalidade e horizontalidade. Segundo Haesbaert (1997), Jacques Levy, relaciona território com horizontalidade, pressupondo uma “[...]”

ocupação contínua de um espaço, uma área com limites claros”; e rede com verticalidade, em que a ocupação do espaço ocorre “através de pontos e linhas que estabelecem uma hierarquia” (p. 98). Outro caso exemplar desse tipo de raciocínio pode ser encontrado em Santos (2002 [1996]):

Nas atuais condições [o autor se refere ao meio técnico-científico-informacional], os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores [que seriam as redes]. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há enormes extensões de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região [caberia também território]. São as horizontalidades. De outro, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades (p. 284, grifos do autor).

Embora reconhecendo a natureza distinta de horizontalidades e verticalidades, o autor não as concebe numa perspectiva de sucessão temporal ou de incompatibilidade, mas, como dois arranjos espaciais que compõem de forma inseparável o espaço no fim do século XX.

Um discurso que encontrou destacada ressonância foi àquele que atribuiu à rede a capacidade de construção ou destruição dos territórios. Algumas análises sobre o fenômeno das redes com o advento da globalização parecem indicar, de forma esquemática e geral, um entendimento do caráter hierárquico e fluido das redes técnicas, como portadoras de uma ordem e de uma racionalidade distante (Santos, 2002 [1996], 2001). As redes aparecendo como produto da revolução da informação – para usar uma expressão cunhada por Castells (2003 [1996]) – sendo consideradas como redes técnicas, informacionais e globais, que operariam no “espaço econômico” (Perroux, apud, Santos, 2003) ou no “espaço de fluxos” (Castells, 2003), produzindo processos de desenraizamento, desterritorialização e marginalidade espacial (ORTIZ, 1994; IANNI, 2001). Haesbaert (1997) nos informa como Virilio relaciona tecnologia a desterritorialização, argumentando que as redes informacionais engendradas pelo capitalismo pós-industrial teriam acelerado as transformações espaciais, produzindo a “[...] destruição daquilo que tradicionalmente tem caracterizado os territórios: a concepção de fronteiras e de uma identidade interna, garantias de uma relativa estabilidade” (p. 96).

Na esteira destes discursos é que se produziu o que Haesbaert (2006 [2002]) designou de significados da desterritorialização contemporânea, verificada em diferentes versões: (i) “desterritorialização como domínio das redes, dos fluxos, da mobilidade”; (ii) “desterritorialização como perda de referências espaciais”; (iii) “desterritorialização como perda de poder em termos do controle dos processos sociais através do espaço, especialmente o enfraquecimento do território dos Estados-nações”; (iv) “desterritorialização como ‘deslocalização’ econômica, a liberação, principalmente por parte das grandes corporações transnacionais, dos principais fatores locais”; (v) “desterritorialização como fruto da crescente homogeneização do planeta” (p. 58-61).

No outro pólo, há quem defenda apenas o caráter solidário e horizontal das redes, fundadoras de novas possibilidades de relacionamentos e produtoras de horizontalidades no plano político e social, funcionando, para alguns, como contraponto à lógica excludente do capitalismo e apoiado em princípios associativistas e cooperativistas (MARTINHO, 2003). Segundo Dias (2007), até mesmo os discursos sobre a rede técnica, a concebe como “[...] sujeito capaz de criar condições sociais inéditas e de estruturar os territórios” (p. 13).

No entanto, há autores que problematizam esses entendimentos polarizados, compartilhando a aceção sobre a natureza ambígua das redes (até mesmo porque, há uma diversificada gama de fenômenos representados por este conceito, como demonstrado na seção 2.1), que podem tanto produzir processos de desterritorialização como de territorialização [poderíamos afirmar de modo mais complexo, de re-des-territorialização para destacar o movimento e o devir]. Santos (2002 [1996]), reforçando essa característica das redes, afirma que sua ação promove “[...] uma criação



paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros” (p. 279).

Haesbaert (1997) fortalece esse argumento, afirmando que as redes não podem ser vistas somente em seu conteúdo de destruição dos territórios, pois, “[...] uma combinação articulada de redes, ‘uma malha’, por exemplo, pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios (p. 94). Essa idéia parece encontrar correspondência com o esquema que compõe o sistema territorial de Raffestin (1993 [1980]) que focalizaremos mais adiante. Em outro texto, Haesbaert (2004) chama a atenção para o papel ambivalente das redes, podendo ser ao mesmo tempo territorializador, quanto mais centrípetas e introvertidas forem seus fluxos, e desterritorializador, quanto mais fortes suas dinâmicas centrífugas ou extrovertidas.

Todavia, de modo mais elaborado, Haesbaert (1997, p. 94) sugere o seguinte entendimento para a relação entre rede e território:

[...] o território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes ‘de solidariedade’). E vice-versa: territórios podem servir como patamar para articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas.

As idéias do autor exemplificam a segunda perspectiva que destacamos no início desta seção, pois, embora admitindo as distintas dinâmicas entre as redes e os territórios, defende sua imbricação para pensar as formas espaciais na contemporaneidade. Pelo menos duas outras possibilidades podem ser depreendidas a partir do raciocínio do autor: uma que aponta uma mudança na natureza da relação entre redes e territórios, já que as primeiras não estariam mais reduzidas apenas à condição de componente do território, passando a exercer um papel importante na construção dos territórios. E a outra, destacando uma relação de reciprocidade, na medida em que concebe também o território como elemento que compõe e permite articular redes.

Os esforços na direção da possibilidade do diálogo e do entrecruzamento entre redes e territórios, assumem algumas dessas características, operando a partir de interseções, sem, contudo, desconsiderar a natureza distintiva dos conteúdos que os constitui. As leituras sobre a composição do sistema territorial (RAFFESTIN, 1993 [1980]), sobre a construção do enraizamento pelas redes territoriais (CLAVAL, 1988) e as formulações das ideias de territórios em rede (SOUZA, 1995) e dos territórios-rede (HAESBAERT, 1995, 2004) exemplificam esta perspectiva.

Raffestin (1993 [1980]) elabora uma matriz espacial para leitura da produção territorial, esboçando uma imagem (representação abstrata) do sistema territorial com pretensão de aplicabilidade universal. Segundo seu entendimento, os diversos atores sintagmáticos, em suas práticas espaciais, procedem à repartição das superfícies, implantando nós e construindo redes, através de um sistema de ações que traduz uma produção territorial. O sistema territorial seria, portanto, composto de três elementos que formam uma estrutura tripartite que sustentam a prática espacial e que “[...] conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território” (p. 150-151). Os elementos do sistema territorial (tessituras, nós e redes) assegurariam “[...] o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído”, permitindo a manutenção de “[...] uma ou várias ordens”, sendo, desse modo, responsáveis pela “[...] integração e coesão dos territórios” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 151).

Na composição da estrutura territorial, a tessitura/malha seria “[...] a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 154), exprimindo a área de exercício dos poderes. O autor distingue as malhas políticas, criadas pela ação



de um poder legitimado (àquele do Estado) com maior durabilidade, das malhas econômicas, originadas na realização de um programa, mais susceptíveis as mudanças estruturais e conjunturais. Essas malhas envolvem um conjunto de pontos ou “nodosidades territoriais”, que “[...] são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes” (p. 156). A rede, por sua vez, seria um sistema de linhas concretas ou abstratas que desenham tramas. As redes concretas “[...] que se traduzem por infra-estruturas no território partem e ou ligam sempre pontos específicos” (p. 157). Enfim, na organização do sistema territorial, “toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal, na realidade” (p. 158).

Souza (1995), num esforço para compreender a operação das organizações criminosas na cidade do Rio de Janeiro recorre aos conceitos de rede e território. Segundo ele, o funcionamento das organizações do tráfico de drogas conformaria territórios em rede, na medida em que articula a um território descontínuo, vários territórios contínuos. Esta concepção pressupõe que vários territórios na micro-escala urbana (uma favela, por exemplo) se articulariam conformando territórios descontínuos no qual se manifesta a territorialidade das organizações criminosas. Portanto, o autor alia a lógica da contigüidade espacial própria da clássica concepção de território e a lógica reticular presente na idéia de redes para compor um território descontínuo que constitui “[...] uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (p. 94).

Nesse caso, tanto a lógica zonal, que dá forma aos nós (territórios), quanto a lógica reticular que os articula, respondem pela operacionalidade dessas organizações. A compreensão de seu funcionamento requer pensar como os nós e as redes costumam uma trama (malha) conformando noutra escala um território descontínuo. Conforme avalia o próprio autor, essa perspectiva problematiza dois aspectos conceituais consagrados e cristalizados na tradicional aceção de território, pois, ao admitir que não há exclusividade de um poder em relação a um território, torna-se possível pensar em termos teóricos e empíricos na superposição e não contigüidade da concepção/construção de territórios.

Interpretação análoga foi desenvolvida por Haesbaert (2002, 2004) na análise da espacialidade da rede terrorista Al Qaeda, uma vez que sustenta sua compreensão na articulação entre a lógica zonal atribuída ao território e a lógica reticular imputada à rede. Para lançar luz sobre a complexa organização territorial que envolve o funcionamento da rede terrorista, o autor recorre às noções de territórios-zona e territórios-rede, consideradas como “tipos ideais”, separáveis apenas no plano da análise, mas, estreitamente imbricadas no âmbito da realidade efetiva. Essas duas lógicas distintas, mas, implicadas, comporia de modo indissociável o conteúdo territorial, sendo elementos para pensar a dinâmica sócio-espacial na contemporaneidade.

Teríamos então duas formas ou lógicas básicas de territorialização: uma, pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra, pela lógica reticular, de controle de fluxos e pólos de conexão ou redes (HAESBAERT, 2004, p. 290)

Em seu entendimento, a rede terrorista Al Qaeda opera articulando as duas lógicas, fazendo uso de uma multiplicidade de tipos de territórios-zona (Estados nações, cavernas, campos de treinamento, células em casas de classe média nas grandes cidades) e participando de redes econômicas e financeiras globais, conformando assim, “[...] um território-rede mundializado extremamente flexível e, assim, em constante processo de des-re-territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 302). Da capacidade de agir numa perspectiva multiescalar e da flexibilidade de mobilizar e circular por diversas territorialidades adviria o êxito e a efetividade de suas ações.

A relação entre território e rede vem sendo conduzida também por outro viés, centrada numa abordagem que se debruça sobre o papel que as redes desempenham na organização e na dinâmica do território. Trata-se de enfoque muito comum na geografia, no urbanismo e no campo multidisciplinar do planejamento urbano e regional.



Nessas perspectivas, a rede e o território assumem prevalentemente duas acepções. No primeiro caso, o foco se dirige, predominantemente, para uma forma particular de rede, àquelas de natureza técnica e informacional (SANTOS, 2002 [1996]; DIAS, 1995; SILVEIRA, 2007). O uso dessa denominação, no entanto, recobre uma gama de objetos geográficos, infra-estruturas de circulação e comunicação, concebidas, muitas vezes, como sistema, integradas. Assumindo esse entendimento, Silveira (2007) recorre a Curien e Gensollen para definir a rede como: “[...] toda infra-estrutura, que, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, se inscreve sobre um território” (p. 231). Santos (2002 [1996]) ao afirmar que “[...] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam” (p. 262) preocupa-se em reforçar o caráter social das redes técnicas, marcando uma oposição as conceituações que a tomam apenas em sua materialidade. No entanto, se considerarmos como objeto de análise, as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2005 [1993], 2006, 2008) ou as redes de coletivos organizados (COELHO NETO, 2010, 2011), seria dispensável reafirmar que a dinâmica social é o conteúdo que anima e constitui a natureza destas redes.

No caso do conceito de território, os estudos adotam em geral duas acepções. Numa delas, o termo é utilizado de forma bastante ampla, como sinônimo de espaço geográfico, algumas vezes, concebido apenas como palco onde as ações se desenrolam ou onde os fenômenos se localizam. Na outra, mais freqüente, ele corresponde tanto ao território do Estado nacional, espaço onde se instalam e operam as redes (especialmente, as redes técnicas), quanto as suas frações institucionalizadas nas esferas estadual ou municipal do poder público.

Uma formulação muito comum, naqueles trabalhos tributários desta perspectiva é o conceito de redes territoriais. Nestes casos, a palavra territorial assume uma posição de adjetivação do conceito central (redes), sendo usado para qualificar o tipo de redes objetado na análise. Desse modo, as redes territoriais designam geralmente as infra-estruturas físicas implantadas no território, ou seja, redes técnicas, como sentido atribuído por Bakis (1993), que denominou de redes técnicas territoriais às infra-estruturas de transportes, telecomunicações, energia, dentre outras .

No entanto, o sentido que queremos imprimir à relação rede e território no âmbito deste trabalho encontra alinhamento com o entendimento do Haesbaert (2004), para quem o termo rede territoriais deve ser empregado para “[...] enfatizar o papel das redes em processos (re)territorializadores, ou seja, na construção de territórios em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica” (p. 294). Nos limites desta pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que os coletivos organizados se estruturam em redes e se territorializam. No entanto, esta territorialidade se constitui, dialeticamente, no conteúdo estratégico que as redes de coletivos organizados acionam, operam e constroem, conforme desenvolveremos com mais acuidade no próximo item.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os termos rede e território encontraram uma difusão espetacular na literatura acadêmica nas últimas décadas, repercutindo no alargamento de seus significados e na ampliação de sua utilização em diferentes campos científicos, notadamente, nas humanidades.

Todavia, essa constatação vem acompanhada de uma série de alertas sobre o risco de perda de operacionalidade teórica que resulta da extensão de usos e de significações que os dois termos passaram a experimentar. A pulverização dos sentidos e dos usos atribuídos a rede, que assistimos na contemporaneidade, permitiu a Musso (2003) anunciar seu processo de degradação, tornando-se uma noção *passé-partout*, uma ferramenta útil para a análise, mas que tem seu estatuto de conceito questionado no campo das ciências humanas. A mesma preocupação recai sobre o conceito de território, com a constatação da hipertrofia da capacidade explicativa do conceito (SOUZA, 2009) e do desgaste que decorre do seu uso abusivo (HAESBAERT, 2009).

Em contraposição ao risco iminente, não se pode ignorar a outra face desse processo, àquela que reforça o vigor e a validade que os dois termos adquiriram na ciência contemporânea, erguidos

à condição de categoria de análise que amplia as possibilidades da tarefa precípua do conhecimento, àquela de conferir inelegibilidade à realidade.

No entanto, sem deixar de admitir os riscos anunciados para a teorização, mas, concomitantemente, reconhecendo as possibilidades colocadas pela expansão dos sentidos que lhes são atribuídos, partilhamos de uma posição que defende as possibilidades criativas de diálogos, implicações e mútuo remetimento entes os dois conceitos.

Desse modo, considerando a ampliação das formulações sobre o conceito de território e redes que vêm sendo construídas nas últimas décadas na ciência geográfica, no sentido da apreensão das especificidades e multiplicidades da realidade social, corroboramos com a pista teórico-metodológica indicada por Haesbaert (2009), ou seja, de considerar as problemáticas efetivamente envolvidas nos processos, sejam eles de territorialização ou de formação de redes, considerando os dilemas e ações que são empreendidas. Decorre daí a necessidade de sermos informados pelas empirias que pretendemos entender.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BAKIS, H. **Les Réseaux et leurs Enjeux Sociaux**. Paris : Presses Universitaires de France, 1993.
- BRUNET, R. La géographie, science des territoires et des réseaux. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 39, n. 108, p. 477-482, dec. 1995.
- BRUNET, et. al. **Les mots de la Géographie**. Montpellier: Reclus; Paris: La Documentation Française, 1993.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1996].
- CLAVAL, P. Réseaux Territoriaux et Enracinement. In : DUPUY, G. et alii. **Réseaux territoriaux**. Caen, Paradigma, 1988.
- COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 305-368.
- COELHO NETO, A. S. Redes sociais e territorialidade no semi-árido brasileiro. In: **Anais do XIII Encontro de Geógrafos de América Latina**. San José: UMA/UCR, 2011.
- CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1996].
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo do Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. I, n. 18, p. 37-46, Jan./Jun., 2002
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. BECKER, B. K. **Território, territórios**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 [2002].
- HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LIMA, I. G. de. **Redes Políticas e Recomposição do Território**. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, N. 41, outubro, 1999.



- MARTINS, P. H. Redes Sociais: Entre o simplismo da ideologia utilitarista e a complexidade das mudanças sócio-históricas contemporâneas. In: MARTINS, P. H.; MEDEIROS, R. de S. **América Latina e Brasil em perspectiva**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- MUSSO, P. Genèse et critique de la notion de réseau: In: PARROCHIA, D. (org.). **Penser les Réseaux**. Seyssel: Champ Vallon, 2001.
- MUSSO, P. **Critique des réseaux**. Paris: Press Universitaires de France, 2003.
- MUSSO, P. A filosofia da Rede. In: PARENTE, A. **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004
- ORTIZ, R. A. **Mundialização da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAINTER, J. **Territoire et réseau**: une fausse dichotomie? In: Vanier, M. (org.) Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.
- PARROCHIA, D. **Philosophie des Réseaux**. Paris: Press Universitaires de France, 1993.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993[1980].
- RAFFESTIN, C. Ecogénese territoriale et territorialité. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (coord.). **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard-Diderot, 1986.
- RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et al. **Réseaux territoriaux**. Caen, Paradigma, 1988.
- RANDOLPH, R. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 1, Abr., 1994.
- RONCAYOLO, M. Território. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 8. Região. Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda, 1986, p. 262-290.
- SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. London: Cambridge University, 1986.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].
- SANTOS, M. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005 [1993].
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, Sociedade e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SILVEIRA, R. L. L. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, Sociedade e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.
- SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SOUZA, M. J. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- VALE, G. M. V. Redes organizacionais e desenvolvimento territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74-98, set./dez., 2007

Trabalho enviado em julho de 2013
Trabalho aceito em agosto de 2013